

## AS APRENDIZAGENS EM MÚLTIPLOS ESPAÇOS EDUCATIVOS CONSIDERANDO RODAS DE DIÁLOGOS, CELAS, ARTES E A FÉ

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo<sup>1</sup>

A experiência apresentada decorre das atividades de trabalhos de campo, desenvolvidas no âmbito da disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2023, intitulada Tópicos Especiais em Educação em Direitos Humanos III, com ênfase nas subtemáticas educação, escola, currículo e formação de professores seguindo a política de Educação Em e Para os Direitos Humanos (EDH). Discutimos, em modo particular, a organização da disciplina, tendo em vista a gestão democrática e compartilhada na construção do plano da disciplina, nas aulas e, nos textos discutidos, os espaços educativos visitados com a finalidade de desenvolvimento de trabalhos de campo e, a avaliação desses campos e, da disciplina. A metodologia contempla aulas expositivas dialogadas, rodas de diálogos, trabalhos de campo em escolas e celas de espaços prisionais e, em Unidades de Medidas Socioeducativas. Igualmente, contempla aulas de campo em uma galeria de artes que trabalha com arte negra e religiosa, espaços de terreiro de Candomblé, assim como a participação em uma roda de Capoeira. Tais estudos do meio se deram na perspectiva de compreender as discussões acerca de educação e do espaço geográfico, racismo estrutural e religioso, preconceito e estereótipo. Para tanto, nos apoiamos em autores como Santos (1997), Souza (2003), Santos (2014), Silveira (2019), Queiroz (2008); Marcos (2006); Nascimento (2021), Maracajá (2013); Freire (1995); Denis (2021). O texto apresenta três subtópicos que discorrem sobre trabalho de campo e aprendizagens, educação transformadora em e para os direitos humanos, e espaços de salas de aulas. Os resultados demonstram a importância da organização de aulas desenvolvidas e construídas coletivamente, ocorrendo em distintos espaços, os quais perfazem as realidades dos educandos, pois desse modo se percebe maior interatividade e trocas de conhecimentos entre sujeitos, que ocupam distintos papéis na sociedade.

**Palavras-chave:** Aprendizagens, Espaços Educativos, Educação em e para os Direitos Humanos, Trabalho de Campo.

### 1- Introdução

A Educação em e para os Direitos Humanos se constitui como direito humano, o qual deve ser cumprido pelo Estado na atenção à sociedade em condições de igualdade. Contudo, a formação espacial contém em sua paisagem a leitura de mundo expressa pela desigualdade social e as diferenças entre os povos, seus modos de vida e as suas culturas.

O objetivo deste trabalho é a reflexão acerca das aprendizagens em múltiplos espaços diferenciados no âmbito da educação em e para os direitos humanos. Para tanto, partimos das experiências desenvolvidas na disciplina Tópicos Especiais em Direitos Humanos III: Educação, Escola, Currículo e Formação de Professores, cujo interesse se circunscreve à discussão de temas vinculados à área de direitos humanos e políticas públicas, portanto, seguindo a política de Educação Em e Para os Direitos Humanos (EDH). O objetivo geral da

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta IV, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Professora Credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

disciplina mencionada é “desenvolver discussões e práticas voltadas ao entendimento da Educação, Escola, Currículo e Formação de Professores como políticas e como Direitos Humanos na promoção de ações em seu fazer pedagógico pautadas na Educação em e para os Direitos Humanos” (PLANO DE DISCIPLINA: 2023.1). Conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso, a disciplina não tem ementa fixa, e a sua oferta depende dos interesses de educandos e professores, o que foi definido a partir da nossa intenção, enquanto docente responsável pela disciplina, assim como procuramos construir a disciplina com a participação da turma, desde a consolidação do plano de curso até o processo avaliativo contínuo e final. Desenvolvemos como interesse particular quatro trabalhos de campo na cidade de João Pessoa, Paraíba (PB) e uma participação no Memorial das Ligas Camponesas durante o aniversário da liderança camponesa, João Pedro Teixeira, no acampamento Barra de Antas, Sapé - PB, com o intuito de promover a participação integral dos educandos matriculados na referida disciplina, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no semestre 2023.1.

As atividades de trabalhos de campo se desenvolveram em quatro espaços distintos: Um terreiro de Candomblé, uma Galeria de Artes, o Teatro Piollin com a Roda de Capoeira de Angola, uma escola situada numa Unidade de Medidas Socioeducativas e, no Memorial das Ligas Camponesas, Sapé-PB. Todas as ações foram precedidas de leituras bibliográficas correlatas.

Discutimos, em modo particular, a organização da disciplina, tendo em vista a gestão democrática e compartilhada na construção do plano da disciplina, nas aulas e, nos textos discutidos, os espaços educativos visitados com a finalidade de desenvolvimento de trabalhos de campo e, a avaliação desses campos e, da disciplina. A metodologia contemplou aulas expositivas dialogadas, rodas de diálogos, trabalhos de campo e rodas de conversas com produção de cartazes temáticos.

Tais trabalhos de campo se deram na perspectiva de compreender as discussões acerca de educação, cultura e do espaço geográfico, racismo estrutural e religioso, das violências, preconceitos e estereótipos que são imputados às minorias sociais, assim como compreender a luta das diversidades dos povos diferenciados pela conquista de direitos humanos e pela resistência ao neoliberalismo. Para tanto, nos apoiamos em autores como Santos (1997), Souza (2003), Santos (2014) para discutir espaço geográfico e território, Silveira (2019), Queiroz (2008); Marcos (2006) acerca do trabalho de campo; Nascimento (2021), Maracajá (2013); Freire (1995); Denis (2021) sobre território e diferenças. O texto apresenta três

subtópicos que discorrem sobre trabalho de campo e aprendizagens, educação transformadora em e para os direitos humanos, e espaços de salas de aulas.

Os resultados demonstram a importância da organização de aulas desenvolvidas e construídas coletivamente, ocorrendo em distintos espaços, os quais perfazem as realidades dos educandos, pois desse modo se percebe maior interatividade e trocas de conhecimentos entre sujeitos, que ocupam distintos papéis na sociedade.

## **2- O Trabalho de Campo e as Aprendizagens em Outros Espaços da Vida: Negritudes em Rodas de Capoeira, Galeria de Artes e o Campesinato**

O trabalho de campo representa uma importante atividade pedagógica para a aprendizagem da educação geográfica e da Educação em e para os Direitos Humanos, pois são nos campos diversos onde se percebe a vida, o cotidiano, a história e as suas marcas impressas no espaço geográfico, as relações que se dão, de modo singular, entre os distintos povos, e aqui, destacamos as negritudes e a arte religiosa que retrata o povo negro e suas culturas e formas de manifestações. Essas diversidades podem ser percebidas em outros ambientes para além da sala de aula, pois que a escola é para além dos seus muros. A escola inclui a vida e o lugar dos sujeitos, portanto é também fora dela que devemos ousar conhecer sobre as manifestações da vida dos sujeitos e compreender com eles, o movimento da vida.

O trabalho de campo que contém três fases (MACOS: 1984), nos levou a organizar as suas três fases, quais sejam: planejamento, o campo e, a avaliação do campo. Esta metodologia condiciona o exercício do olhar e da escuta acerca das formas impressas na paisagem, seja pela ação humana, seja pelos condicionantes naturais. Quanto à ação humana, esta se expressa por meio dos interesses individuais e coletivos, os quais são mediados pelo modo capitalista de produção, responsável pela produção e reprodução de relações capitalistas de produção, as quais contém em seu interior a produção de relações tipicamente não capitalistas, a exemplo do campesinato.

As relações mediatizadas pela sociedade demonstram em seus processos a exploração do homem pelo homem, sendo que estas contêm em seu cerne questões intrínsecas relacionadas ao gênero, à geração, etnia, raça, sexualidade, dentre outras. Assim, a produção do espaço se dá de forma desigual e combinada, desvelando a desigualdade social característica do capitalismo, donde se pode perceber a estruturação de classes sociais e a produção da riqueza por pequena parcela da sociedade, em detrimento do aumento da

pauperização da classe trabalhadora, especialmente demarcada pela presença massiva de pessoas negras, dentre outras diferenças. Aliás, a composição da população brasileira, de acordo com o Censo do IBGE (2022) é representada por 10,6% dos brasileiros autodeclarados pretos e, 45,3% de pessoas pardas, com destaque para a região Nordeste, com 13,6% autodeclarados pretos, e 60,5% declarados pardos.

O reconhecimento desses números expressos na diversidade do povo brasileiro, especialmente no reconhecimento crescente da população enquanto povo negro configura-se como elemento necessário de ser discutido na escola, no ambiente acadêmico e, nas políticas públicas, pois se configuram como elementos constituintes das disputas de poder, as quais remetem a construção/transformação do espaço geográfico (SANTOS: 1997, 2014) e (SOUZA: 2003).

O ensino e a aprendizagem requerem o conhecimento dessas realidades, dos sujeitos da sala de aula, de suas origens, a partir das quais, o currículo passa a ter sentido, porque correlacionado a uma realidade prática, palpável, histórica. Indiscutível a necessidade de ouvir mais do que falar ou escrever, especialmente se estivermos tratando dos diversos meios que compõem o nosso povo, a nossa cultura, o nosso Planeta. Descolonizar o olhar é uma necessidade imediata, a fim de que possamos romper com os séculos de escravização a que foram submetidos, por exemplo, os povos africanos e, os povos de América Latina, em especial aqui, destacamos o nosso País.

Segundo Evaristo, ao se reportar a ‘escrevivência’ no exercício literário ficcional, como forma de demonstrar o olhar, a escrita, a escuta das minorias e, portanto, não permitirmos que a história seja contada apenas pela branquitude colonizadora masculina ou, por uma mulher branca, pois,

Assim como a experiência branca nos orientou em muita coisa, eu acho que a experiência negra, a experiência indígena, a experiência das mulheres, ou a experiência das pessoas que por A ou por B sofrem processos de exclusão e essa experiência se transforma em material de pensar o mundo, de pensar a vida, é muito bom, necessário e justo que sejam valorizadas como locais de conhecimento. (EVARISTO: 2021, [s.p.]).

A autora (*ib. id.*) enfatiza a literatura e a ficção como formas de exaltar as negritudes, as vozes dos subalternos, dos silenciados e invisibilizados, afirmando: “esses textos são necessários para compreender a totalidade brasileira. O Brasil, um país tão diverso, a representação ficcional não pode ser só lida, criada ou entendida, valorizada, a partir de uma autoria masculina e branca ou a partir das mulheres brancas”. Seguindo esse viés procuramos enaltecer a escrita de mulheres negras como Conceição Evaristo, Cida Bento, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e, Carolina Maria de Jesus com sua obra Quarto de Despejo (1960).

A partir dessa discussão focamos nos conceitos de identidade e memória, centro e periferia, para entendermos como estes podem ser detectados na paisagem da cidade de João Pessoa –PB, especialmente no centro da cidade. Nesse sentido, organizamos algumas atividades de campo na Galeria de Artes, o Ateliê Multicultural Elionai Gomes e, numa Roda de Capoeira de Angola Palmares, no Teatro Piollin.

### 2.1. *Ateliê Multicultural Elionai Gomes*

O artista Elionai Gomes nos recebeu em sua Galeria de Artes, o Ateliê Multicultural (Figuras 1 a 3), no mês de junho de 2023. Situada no centro da cidade de João Pessoa, local que remonta o espaço inicial da cidade, que na atualidade se encontra na periferia da cidade, embora esteja localizado no Centro desta. Elionai Gomes afirma: “a negritude expressa na arte em minha Galeria está na periferia, embora esteja no Centro. As políticas para negros estão na periferia. A Galeria está na periferia, os povos originários, sua arte, a violência, a invasão. Precisamos perceber a nossa existência”.

**Figuras 01 a 03: Roda de conversa; arte negra e religiosa; visão frontal do Ateliê, respectivamente.**



**Fonte:** arquivo da disciplina: 2023.

A cidade de João Pessoa abriga e demarca em sua paisagem a presença de quilombo urbano (local onde se encontra o Teatro Piollin, vizinho ao Jardim Botânico - Bica), e a história não conta, a escola não discute essa história e, a memória dos povos negros, conforme enaltece Elionai Gomes. Em suas palavras, há que se visibilizar as minorias, a história real



dos negros que ou sofre invisibilidades ou silenciamentos, ou é contada pelos brancos. Daí a importância de nos utilizarmos da produção científica de autores/as negros/as, pois estes dão voz, vez e reinterpretações da vida dessas minorias, a exemplo de Evaristo (2021), quando ressalta as distintas formas de escravização das mulheres negras, seja do corpo ou de sua fala. Segundo a autora (*ib. id.*), ao se reportar ao corpo da mulher negra contadora de histórias para os brancos da casa grande,

**E por isso que eu digo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos”.**

Quando eu digo isso, uma imagem que sempre me perseguiu foi a imagem da mãe preta, aquela mulher escravizada dentro da casa grande e que era responsável pela prole colonizadora. E essa mulher num dado momento do dia, uma das funções dela como corpo escravizado dentro da casa grande, era levar as crianças para dormirem, e ela vai para esse exercício de contar histórias.

Mesmo nesse momento, ou talvez mais ainda nesse momento, esse corpo dessa mulher é escravizado e escraviza-se justamente o aspecto fundamental do ser humano, que é a fala. Ela não usa a fala como necessidade própria, a fala dela é usada em função do outro, então ela tem que contar histórias, ela tem que adormecer os meninos da casa grande, ela tem que inventar alguma coisa.

Então, esse processo de criação dessa mulher é um processo que também é direcionado, quer dizer, você pensa no corpo de uma mulher escravizada, um corpo que está inscrito na economia da produção, porque é um corpo que produz, na economia do prazer, porque é um corpo que quando o amo quiser tomar ele toma nas suas funções sexuais, e é um corpo que está inscrito na economia da educação porque essa mulher está muito mais com esses filhos da casa grande do que a própria sinhá, e é um corpo escravizado também a partir da fala. **A fala dela também é um utensílio de trabalho escravizado.**

Ora, se a fala dessa mulher da casa grande é uma fala escravizada, a nossa escrita não. Pelo contrário. A nossa escrevivência é pra acordar os da casa grande. Então esse conceito nasce justamente com a tentativa de borrar parte dessa história, é o reverso. E é o reverso também por um outro aspecto, porque aí já tem escrita. Se antes a fala da mulher negra ficou condicionada a uma oralidade, hoje ela tem também a escrita. E ter a escrita é justamente apropriar das armas da casa grande. (*Grifos da Entrevistadora*). (EVARISTO: 2021, [s.p.]).

A invisibilidade desses corpos é retratada também no momento atual, ao nos reportarmos as políticas de invisibilidades dos moradores da cidade, onde na periferia há um espaço de políticas públicas negadas, o abandono das gestões públicas, e, as próprias relações abrigam o conceito de periferia, pois que as minorias são negadas. Para Elionai Gomes (2022), em sua obra e sua arte, a Galeria de Artes traz o reconhecimento da igualdade, da cultura, da identidade e da memória. E, em sua concepção, “a escola esqueceu-se de reconhecer o saber do outro”.

As políticas educacionais externam, por meio das suas mais recentes transformações na Base Nacional Curricular (BNCC), a Base Nacional Comum (BNC) da Formação de Professores e o Novo Ensino Médio (NEM), corrobora para a mitigação do debate em torno das humanidades no ensino, o que traz profundas transformações e riscos a educação brasileira, ao passo em que impacta negativamente nos resultados obtidos na escola, considerando-se, por exemplo, o viés da inter/transdisciplinaridade, da democracia e, de fortalecimento das identidades e dos lugares dos sujeitos.

A avaliação do grupo em sala de aula demonstrou a seguinte situação exposta a partir do visto e discutido em roda de conversa (DISCENTES DA DISCIPLINA: Junho/2023):

- Articulação da arte-educação com os DH
- Território e marginalização
- Centro – periferia
- Inclusão e educação para a paz
- Trabalho de identidade e representatividade negra e com os orixás
- Enfrentamento à lógica demonizante das manifestações de fé de origem africana
- Desconstrução de uma masculinidade hegemônica.

## 2.2. Grupo Capoeira de Angola Palmares

Conhecemos o Projeto SalvaGuarda de Capoeira que desenvolve suas atividades no Teatro Piollin (Figuras 4 a 6), no centro da cidade de João Pessoa-PB. São responsáveis pelo grupo o Mestre Dário e a Mestra Malu, ambos com projetos de capoeira em escolas e no Teatro Piollin, com o objetivo de refletir acerca da cultura, justiça racial, currículo a partir desse Projeto: ‘A capoeira no chão da escola: gingando saberes’, de origem afro-brasileira e, justificam esse termo por ter nascido no Brasil com os africanos.

**Figuras 4 a 6: Roda de Capoeira de Angola Palmares - Mestre Dário e Mestra Malu.**



Fonte: Acervo Pessoal: 2023.

Pautados na Lei nº 10.639/2003 (BRASIL: 2003), esses Mestres enaltecem a importância da formação de professores referenciando-se a referida Lei, assim como de suas

atuações que não exigem o saber formal, mas o reconhecimento de distintas gerações, as quais certificam o Mestre de Capoeira, ligadas a uma tradição, a uma linhagem.

Afirma o Mestre Dário que o imaginário é construído, o que é preto e ser preto, o que é periférico.

Nós somos pretos, mas não esse preto que o outro diz. A Capoeira canta a partir de Zumbi, de Dandara, começa pelo corpo, um corpo que pensa, que fala, que sente, que faz. Dentro da Lei 10.639/2003, a Capoeira se centra em fatos diaspóricos. Olhar para trás é preciso entender as estratégias de sobrevivência. A Capoeira é do mundo, é de Exu, é de rua. A Chamada é um convite.

O Mestre Dário discute a necessidade de viver a educação em múltiplos espaços onde vivem e se relacionam os sujeitos e, cada espaço desses comporta disputas territoriais e de poder. Nesse sentido, correlaciona a Capoeira como arte e como linguagem necessária ao ato de educar os sujeitos, e contesta o papel da escola como espaço de educar a partir da história e da memória, da vida desses sujeitos, pelo seu reconhecimento e sua visibilidade. Para o Mestre Dário (2023),

A escola se funciona tão bem, por que é espaço território e guerra? Por que há tanta evasão e repetência? Por que estamos sendo chamados para fazer a Capoeira nas escolas? A chegada da Capoeira a escola demonstra que o aluno deixa de ser um dado e passa a ser vínculo. A Capoeira muda as relações da escola, porque a história contadas e reproduzidas acerca dos negros é que que ele é ligado à vadiagem.

A Capoeira contém hierarquias horizontalizadas, cores que demarcam o tempo de maturidade na roda, a exemplo dos cordéis representados pelas cores verde, amarela, azul e branca e, cada cordel desses remete à graduação que se dá no grupo, o que independe do sistema formal de ensino. Contudo, enfrentam lutas no sentido de promoção desses saberes e de suas graduações, tendo em vista que resistem e lutam por esse reconhecimento junto aos espaços oficiais, assim como demonstra a Mestre Malu que há resistências e acomodações no momento em que precisam modificar algumas características da Capoeira, a exemplo do uso de tênis e blusa ensacada, tendo em vista que esses grupos nem sempre dispõem de recursos para tal, como ocorreu em Salvador, onde a Capoeira foi hegemônica, com a presença no centro dos intelectuais.

Conforme ressalta a Mestre Malu (2023), “\_como vamos usar tênis e camisa se não temos o que comer?” Desse modo, exalta-se que há outras diferenças em grupos subalternizados, os quais resistem e lutam para continuar existindo e reproduzindo suas



tradições, culturas e seus costumes, além de buscar ocupar um lugar no espaço e conquistar direitos.

A avaliação do grupo em sala de aula demonstrou a seguinte situação exposta a partir do visto e discutido em roda de conversa (DISCENTES DA DISCIPLINA: maio/2023):

- Preocupação com a educação e formação de jovens
- Visibilidade do território
- Resistência e representatividade em espaços de fomento e monitoramento das políticas públicas
- Racismo intelectual – desafios de inserção na educação formal
- Tradição familiar e geracional
- Educação formal X informal
- Prática de capoeira como resgate histórico e cultural
- Ética do cuidado extragrupo.

### 2.3. Memorial das Ligas Camponesas

O dia 02 de abril de 1962 marca a história do assassinato da liderança camponesa João Pedro Teixeira, no município de Sapé-PB. Esse líder camponês tem sua história representada por meio do filme *Cabra Marcado para Morrer* e tem sua trajetória continuada pela sua esposa, a *Mulher Marcada para Viver*, Elizabeth Teixeira. Essa data é comemorada todos os anos no espaço do acampamento Barra de Antas, onde está localizada a casa da família de João Pedro e Elizabeth Teixeira, transformando-se no Memorial das Ligas Camponesas (Figuras 7 e 8).

Suas trajetórias se cruzam e reescrevem a luta do campesinato paraibano contra o latifúndio e o Estado, que via de regra, judicializa e criminaliza a luta pela terra no Brasil. No Memorial das Ligas Camponesas se encontram frequentemente a sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais, do campo e da cidade, assim como escolas, universidades e outros seguimentos que dão visibilidade a luta do campesinato.

**Figuras 7 e 8: Respectivamente, Memorial da Ligas Camponesas; Roda de Ciranda no aniversário de João Pedro Teixeira, em 02 de abril de 2023.**



Fonte: Acervo Pessoal: 2023.

O campo como território social, histórico e cultural e espaço de luta e resistência possui historicidade própria que remete não apenas ao espaço físico, mas às histórias, geografias e culturas das comunidades de distintos povos. Suas lutas e conquistas envolvem a proteção e o interesse na conquista, na permanência e no reconhecimento do território como inerente ao direito humano de poder ser camponês, de ser reconhecido e valorizado. Tais lutas envolvem não apenas a reivindicação pelo direito humano a terra, ao território, mas ocorre simultâneas a outra luta, a luta da/pela educação. Nesse sentido, reivindicam perante o Estado a política pública dos direitos humanos.

### **3- A Educação Transformadora Em e Para os Direitos Humanos a partir dos Povos de Terreiro e do Campesinato**

A educação transformadora em e para os direitos humanos preconiza o repensar a formação humana a partir do reconhecimento das diferenças e dos direitos desses sujeitos, a partir de suas condições concretas. Segundo Zenaide (2016, p. 11-13),

A Educação para a Paz e os Direitos Humanos emerge como ação de resistência cultural diante das formas de autoritarismos, guerras e extermínios, práticas violadoras dos direitos à vida e à dignidade da pessoa humana. Resistir a uma cultura autoritária significa não perder a capacidade de se indignar diante da violência social e institucional, bem como experimentar exercer o potencial político que venha a transformar mentalidades, atitudes, modos de agir e de governar.

[...] O direito à Educação em Direitos Humanos não se dissocia do reconhecimento do direito à educação. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a educação é vista enquanto necessidade que favorece o progresso da inteligência pública. O artigo XXII afirma “A instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos”.

#### *3.1. Terreiro de Candomblé*

O estudo realizado neste campo implicou na discussão transversal entre povos de terreiros, religiosidades de afro-brasileiras, bem como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para esses povos. A ação educativa iniciou com a leitura e, com o conhecimento de todo os espaços do terreiro, onde percebemos as múltiplas territorialidades do sagrado, as cores vivas, os cultivos de ervas medicinais que servem para a alimentação e para os atos religiosos.

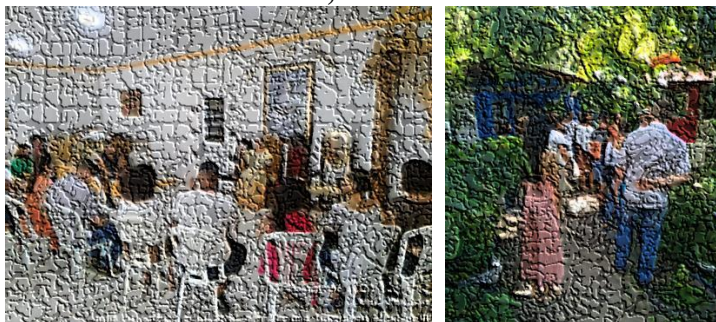
Percebemos uma gama de conhecimentos em torno de distintas temáticas, assim como da participação de Mãe Lúcia, a responsável pelo Terreiro, em distintos espaços públicos de

debates, nas políticas públicas, no conhecimento de diversas culturas que remetem a sua ancestralidade. Demonstra também a importância da democracia para os povos de terreiro pelo respeito à diversidade e às diferenças, assim como das oportunidades de encontros e ações que perpassam o território local, indo até outros Continentes onde podem conviver e aprender sobre outras religiosidades e outras culturas em torno de seu credo religioso. A Mãe Lúcia nos conta:

O terreiro começa na cozinha. Nós não sacrificamos animais. É um sacro ofício. Antes de tomarmos um animal tem um ritual de limpeza, femininos colocam borboleta; machos, gravata. Um animal de 4 pés todos se abaixam para ele. Não é feito à revelia como se faz no açougue. Divide a parte que irá para a cozinha e a parte que irá para seres humanos. Há rezas antes de passar a faca (obé). Há espírito em tudo. A religião é familiar. A SAN começa com oferendas, Comidas secas que são determinadas pelo orixá. O orixá determina como será dividido o alimento. Nossa religião é respaldada nos velhos. A escola não sabe que nossos filhos não podem comer determinados alimentos todos os dias e, mesmo assim ela serve na merenda escolar.

A fala de Mãe Lúcia desvela o desconhecimento das políticas educacionais e da escola em relação às diferenças dos educandos. As políticas educacionais invisibilizam e silenciam as histórias dos negros. Contudo, a resistência é percebida na sociedade em espaços variados, sendo o terreiro um desses espaços, onde por meio da fé e das práticas que lhes são inerentes, pode se conhecer, aprender, produzir e reproduzir tais práticas como um ato de educação dos sujeitos.

**Figuras 9 e 11: Terreiro de Candomblé Ilê Asé Opô Omidewá, de Mãe Lúcia.**



**Fonte:** Acervo da Disciplina: 2023.

A avaliação do grupo em sala de aula demonstrou a seguinte situação exposta a partir do visto e discutido em roda de conversa (DISCENTES DA DISCIPLINA: Junho/2023):

- Segurança alimentar como vivência
- Inclusão escolar – dificuldades encontradas em decorrência dos preconceitos
- Construção de uma identidade negra a partir de uma ancestralidade para pensar a construção das políticas públicas
- Memória e resistência ao apagamento cultural
- Ética do cuidado para além do terreiro



- Articulação para garantia das políticas públicas
- Exaustão por vivências de racismo religioso, discriminações e intolerâncias.

#### **4- Educação de Pessoas em Situação de Privação de Liberdade: salas e celas de aula**

Os espaços prisionais podem abrigar em seu interior escolas públicas para a atenção dos sujeitos privados de liberdade. No caso específico das UMS, a educação é uma obrigatoriedade do Estado com a existência da escola, tendo em vista que jovens e adolescentes possuem direito assegurado pelo Estado, segundo a lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (BRASIL: 2012), a qual “institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional”.

Nos ambientes prisionais, a atenção se dá mediante os marcos legais da Lei de Execução Penal (LEP) – Lei nº 7.210/1984 (BRASIL: 1984); Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça; Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010 (BRASIL: 2010) que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; e o Decreto nº 7.626/2011 (BRASIL: 2011), que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional.

##### ***4.1. Escola em Unidade de Medida Socioeducativa (MSE) e Presídio de Segurança Máxima PBI***

A convivência de duas instituições, escola e UMS ou mesmo de Presídio, configura-se como um desafio aos que nesses espaços desenvolvem suas ações. Pois, se por um lado, a primeira deve educar os sujeitos, as demais, tem se demonstrado no Brasil, que a escola é marcada pela alta incidência da evasão escolar ou, o não acesso à escola. Cabe a esses segundos espaços, o papel da reeducação, da ressocialização. Conforme podemos destacar, no Estado da Paraíba, os registros de educação das pessoas abrigadas nesses espaços, segundo Barbosa (2014, p. 8), são:

De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), de um universo de 8.756 presos e presas, na Paraíba, há 1.229 analfabetos, 1625 alfabetizados, 2469 possuem o ensino fundamental incompleto, 764 completaram o ensino fundamental, 419 possuem o nível médio incompleto, 263 concluíram o médio, 28 tem ensino superior incompleto, 18 possuem algum curso superior e não há quem tenha pós graduação.

De modo contestatório se confrontam a escola e a prisão, ou as UMS, como espaços que abrigam esses dois últimos, os excluídos da escola e, da sociedade. Procuramos conhecer e ouvir os sujeitos desses espaços para que pudéssemos aprender com eles acerca do mundo exterior a escola e, de como a escola pode ser instrumento de libertação, de aprisionamento, ou de exclusão e penalidade, dos confrontos existentes nas relações de poder dentro e fora dessas unidades e, das influências nesses ambientes do poder paralelo, seja de fora para dentro, seja o inverso. Igualmente, o poder do Estado expresso na violência, no disciplinamento e docilidade dos corpos, e na fragilidade de políticas e programas que consubstancie os direitos humanos.

Essas experiências se deram em dois espaços distintos, como experiências educativas: na Escola em Unidade de Medida Socioeducativa (MSE) e, no Presídio de Segurança Máxima PB1, ambos em João Pessoa, por ocasião da disciplina ministrada e, do projeto de extensão, respectivamente. Dentre as diferenças entre esses espaços podemos destacar:

**Quadro 1: Diferenças entre UMS e Presídios.**

<b>Unidade de Medida Socioeducativa</b>	<b>Presídios</b>
Sistema prisional	Sistema socioeducativo
Jovens e adolescentes	Adulto
Detento/ prisão / cadeia	Unidade de Medida Socioeducativa
Apenado	Adolescente em cumprimento de MSE/ em conflito com a Lei
Carcereiro	Agente socioeducativo
Crimes / delitos	Infrações /ato infracional
Cela	Quarto

**Fonte:** Organizado por educandos da Disciplina Tópicos Especiais em Direitos Humanos III: 2023.1.

Ambas as realidades demonstraram contradições em torno do papel do Estado e da família na vida dos seres humanos, mas principalmente, como a sociedade se transforma a partir do modo capitalista de produção e da estrutura de classes que inferioriza e invisibiliza, silencia os sujeitos humanos, assim como o não cumprimento do papel do Estado na atenção aos direitos humanos.

A avaliação do grupo em sala de aula demonstrou a seguinte situação exposta a partir do visto e discutido em roda de conversa (DISCENTES DA DISCIPLINA: Julho/2023):

- Produção de corpos dóceis
- Contradições do modelo escolar
- limites impostos pelo domínio das facções
- Esforço e dedicação para garantir o direito à educação na privação de liberdade





- Ressocialização pela via do trabalho – ainda reproduz preconceitos de classe e raça (estruturais)
- Individualização da responsabilidade
- Educação tecnicista
- Afeto, distanciamento na relação com os alunos em medidas socioeducativas
- Cuidado em não saber do ato cometido

## Considerações

Os trabalhos de campo e atividades desenvolvidas demonstram a importância da organização de aulas construídas coletivamente, ocorrendo em distintos espaços para além da sala de aula, os quais perfazem as realidades dos educandos, pois desse modo se percebe maior interatividade e trocas de conhecimentos entre sujeitos, que ocupam distintos papéis na sociedade.

Igualmente, compreender que a conquista de direitos humanos se dá mediante as lutas organizadas e travadas pela sociedade civil organizada com destaque para a importância dos movimentos sociais, assim como da importância da escola e da universidade na promoção de ações de observação e vivência no espaço geográfico em seus distintos territórios.

## Referências

ANDRADE, J. B.; CARVALHO, A. O.; REGO, C. A. R. M.; DIAS, C. W. S.; CHAGAS, L. C.; ROCHA, S. F.; MARINHO, T. R. S.; BRITO, D. R. B. Distribuição espacial e temporal da cobertura vegetal e uso do solo do município de Anapurus - Ma. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 16. (SBSR), 2013.

BARBOSA, Cíntia Araújo. **A educação em prisões e o cotidiano das mulheres: uma análise da realidade educacional do Centro de Referência Maria Júlia Maranhão**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). João Pessoa - PB: 2014. Disponível em:  
<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/19895/1/PDF%20-%20C3%ADnthia%20Ara%20C3%BAjo%20Barbosa.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

BCÉSAR SEGUNDO, Breno Wanderley. **Os sentidos do aprisionamento na contemporaneidade : um estudo de caso no Presídio do Serrotão em Campina Grande-PB**. --João Pessoa, 2011: [s.n.].

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ºed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 1982. 1v. Tese (Doutorado)- Curso de Antropologia, Departamento de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1982.



DIAS, A.A.; ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. de F.G. (OrgS.). Educando em Direitos Humanos. Volume 3. Fundamentos educacionais. In.: ZENAIDE, M. de N. T. **Educação em e para os Direitos Humanos: conquista e direito**. Editora da UFPB, João Pessoa-PB: 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 15ª ed, Petrópolis: Vozes. 2009.

PORTAL GELEDÉS. **Conceição Evaristo: a escrivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira**. Entrevista realizada Por Morgani Guzzo, da Catarinas. Entrevista em 29/07/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 13/08/2023.

SILVA, Vanderlan Francisco da. **Conflitos e violência no universo penitenciário brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3º ed. – Rio De Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.